

No dia dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária – SMAGP, à Avenida Augusto de Lima, 30, 10º andar, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a presença dos conselheiros: Gilmar Xavier Lima, Presidente, Cristina Ayer Taveira, Isabel Cristina da Cruz, Mauro Heleno Ladeira Oliveira, Nourival de Souza Resende Filho e Omar Pinto Domingos. Também presentes, pela SMAGP- Unidade Gestora Única do RPPS, Márcio Almeida Dutra, Alexandre Fonseca Dias, Cristina Maria Melgaço da Silva e Camila Mariana Coutinho. Presidente Gilmar Xavier deu início à reunião, colocando em votação a aprovação da ata da 23ª reunião, realizada em 15 de dezembro de 2015, que foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Gilmar Xavier seguiu apresentando a pauta da reunião: Aprovação da ata da reunião anterior; Análise das Receitas e Despesas do RPPS-BH 6º Bimestre de 2015; Análise do Balancete Contábil do RPPS-BH 6º Bimestre de 2015; Verificação do Relatório de Investimento do exercício de 2015; Apresentação e aprovação do Relatório Anual de Trabalho de 2015 para posterior apresentação ao CA; Formação de GT para elaboração do parecer sobre as contas anuais do RPPS ref. ano calendário 2015. Passou a palavra à Cristina Melgaço, que prosseguiu a apresentação das despesas e receitas dos Fundos Financeiro e Previdenciário do RPPS/BH. Informou aos conselheiros que a planilha foi adequada à solicitação feita na última reunião, constando com notas explicativas. Esclareceu sobre estas, começando pelos valores de receita de restituição, cujo montante foi superior em novembro com relação em dezembro, em razão do ressarcimento das licenças médicas e de maternidade pelo Tesouro Municipal, o que não ocorreu em dezembro. Explicou ainda sobre a receita financeira que, em dezembro, é apresentada já com o abatimento do rendimento negativo observado no referido mês. Mauro Heleno chamou atenção para a proporção dos beneficiários do BHPrev com relação ao FUFIN e das despesas relacionadas aos dois fundos, e Márcio Dutra prestou esclarecimentos sobre a tendência descendente da quantidade dos ativos vinculados ao Fundo Financeiro, enquanto é ascendente no Fundo Previdenciário. Nourival Resende questionou sobre o valor da compensação previdenciária, e Márcio Dutra esclareceu que se trata de glosa dos valores dos beneficiários que têm algum valor a compensar com o INSS referente ao tempo de contribuição na iniciativa privada, cuja compensação tem uma periodicidade mensal, mas que foi interrompida em dezembro em função de mudança de procedimentos no próprio INSS, que está, antes, analisando as compensações do Estado de MG para depois retomar as compensações junto aos municípios. Em relação ao BHPrev isso também configura um problema de arrecadação, porém o fundo é superavitário. Cristina Ayer perguntou o que seriam os R\$4milhões da receita de compensação e Cristina Melgaço esclareceu que refere-se a valores devidos pelo INSS, mais o que recebemos acumulados no exercício. Prosseguiu os esclarecimentos sobre as notas explicativas da planilha, informando acerca da forma de apropriação da folha de pensionistas que, até novembro, foi apropriada no mês seguinte para atendimento ao SICOM, mas que está devidamente demonstrada na planilha pela competência. Explicou sobre a diferença entre aportes e resultado do FUFIN, que reflete o fluxo de requisição da cobertura da insuficiência financeira deste fundo junto ao Tesouro Municipal e a apuração de saldos bancários para pagamento das folhas de aposentados e pensionistas. Márcio Dutra informou aos conselheiros que o procedimento de cobrança de antecipação de receitas e aportes ao Tesouro foi modificado já a partir de fevereiro de 2016, com um ingresso de aporte, sem adiantamento, para cobrir o déficit do FUFIN e que, em fevereiro, o valor requisitado já será o da receita devida ao fundo, referente ao repasse dos benefícios previdenciário, nas datas determinadas. Cristina Melgaço completou informando que a SMAGP, quando solicita o aporte ao Tesouro, já tem o valor líquido da folha. Mauro Heleno perguntou se o processo interno foi melhorado de modo a permitir essa alteração de procedimento. Márcio Dutra esclareceu que o que foi solucionado foi o fluxo da entrada dos recursos de aporte e das receitas das retenções dos benefícios previdenciários. Cristina Melgaço continuou na análise dos gráficos que mostram a evolução das receitas e despesas dos dois fundos no exercício de 2015. Omar Domingos perguntou sobre o desconto do IRRF na fonte, se ele é repassado para o Tesouro Municipal e, caso seja, se não deveria ser do RPSS, considerando que tudo o que o Município desconta do servidor fica para o Município, e Cristina Melgaço informou que sim. Márcio Dutra chamou atenção para o caso da receita sobre as consignações, que é, hoje, toda do Município, sendo que deveria ser do RPPS em relação a folha de aposentados e pensionistas, o que significaria menos aporte. Nourival Resende comentou sobre a natureza do imposto, que deveria ser do RPPS, já que o servidor ao se aposentar é beneficiário do mesmo e não do Tesouro Municipal. Omar Domingos esclareceu que, constitucionalmente, o IRRF não seria receita do RPPS porque este não é ente federado, e Alexandre Dias complementou citando a parte da Constituição Federal que esclarece a quem cabe a receita do IR quando retido na fonte. Gilmar Xavier observou que isso representa perda de receita para o BHPrev, já que este não é deficitário e, portanto, não depende de aporte para cobertura de insuficiência financeira. Omar Domingos concordou, dizendo que, no caso do BHPrev, é preferível ter essa receita a ter que, um dia, contar com o ente centralizador para cobrir uma possível insuficiência. Márcio Dutra propôs estudar a questão, e Cristina Melgaço deu sequência à apresentação. Mostrou os gráficos da quantidade de beneficiários de ambos os fundos, ressaltando a tendência descendente da quantidade dos ativos, e ascendente dos aposentados e pensionistas, beneficiários do FUFIN. Em novembro, houve uma queda nestes dois últimos grupos, refletindo o bloqueio dos benefícios dos que não compareceram ao Censo Previdenciário. Márcio Dutra esclareceu sobre o procedimento de bloqueio e desbloqueio dos benefícios dos aposentados e pensionistas faltosos. Nourival Resende perguntou como a linha de tendência foi

elaborada no gráfico que mostra a evolução da quantidade de beneficiários vinculada aos dois fundos, e Camila Coutinho esclareceu que se trata de uma ferramenta disponível no próprio aplicativo Excel, onde os gráficos foram elaborados, e que, com relação ao FUFIN, ela está distorcida em função dos bloqueios do pagamento de benefícios ocorridos no mês de novembro. Cristina Melgaço deu sequência, mostrando os balancetes aos conselheiros e esclarecendo que ainda estavam sendo apresentados no formato anterior ao MCASP porque a Contadoria, em conjunto com a Prodabel, ainda não finalizou as adaptações em sistema que possibilitassem apresentar os balancetes no formato MCASP. Isabel Cristina perguntou se nos balancetes são demonstradas as aplicações do RPPS. Gilmar Xavier retomou o questionamento do Nourival Resende na reunião anterior sobre a forma de demonstrar os rendimentos negativos, e Cristina Melgaço voltou ao slide da apresentação onde é possível ver, na nota explicativa, que isso foi resolvido. Em seguida, mostrou no balancete do sistema financeiro do BHPrev a nota explicativa que esclarece diferença entre a conta 2.11, das disponibilidades financeiras, quanto ao saldo bancário em dezembro de 2015 na planilha de despesas e receitas, que reflete borderô emitido no final de 2015, pago somente em 2016. Passou a palavra ao Alexandre Dias, que apresentou aos conselheiros o relatório de investimentos do RPPS referente ao exercício de 2015. Nourival Resende perguntou como é o cálculo da média do percentual de rendimentos da carteira das aplicações do FUFIN de 2015, e Alexandre Dias ficou de verificar, por tratar-se de relatório de sistema. Márcio Dutra chamou atenção para alguns resultados, informando que os investimentos são analisados sob três perspectivas: a meta atuarial estabelecida, a média observada e a comparação com o CDI, esclarecendo que, das aplicações, IRF-M1 e Fluxo ficaram abaixo do CDI, e Perfil foi o único a ficar acima. Alexandre Dias completou que, após estudos, a carteira está sendo adequada, dando preferência aos fundos de 2 a 5 anos, o que já tem refletido nos resultados, mostrando uma recuperação dos rendimentos. Márcio Dutra complementou, esclarecendo que todos os papéis da carteira do RPPS vão trazer rendimentos quando do seu vencimento, mas que agora sofrem com a volatilidade do atual cenário econômico nacional. Nourival Resende fez a observação de que o Conselho Fiscal não tem competência para determinar a política de investimentos, e que gostaria de saber por que a análise de readequação da carteira não foi feita em período anterior, o que permitiria uma recuperação tempestiva dos resultados, evitando perda nos rendimentos. Márcio Dutra esclareceu que a contratação de nova consultoria financeira possibilitará o acesso a ferramentas mais completas de análise dos investimentos, garantindo decisões mais rápidas, o que não significa que garantirá aplicações com resultados positivos, uma vez que depende do comportamento do mercado financeiro. Disse ainda que o RPPS está modificando, desde outubro de 2015, a carteira das aplicações para que tenha vencimentos mais encurtados, inclusive para recursos que já estavam investidos. Alexandre Dias afirmou que, mesmo que tivéssemos investido tudo em CDI, ainda assim não teríamos batido a meta atuarial, em função da alta inflação em 2015. Comentou ainda sobre o fato de estar defasada a resolução 3.922 do Conselho Monetário Nacional, precisando ser adequada às novas possibilidades de investimentos. Omar Domingos sugeriu que o gráfico mostre também a evolução dos rendimentos caso a decisão de adequar a carteira com aplicações de vencimentos de curto prazo não tivesse sido tomada, para possibilitar comparar e concluir se a decisão tomada foi mesmo acertada. Nourival Resende completou as observações citando a morosidade das ações no serviço público como um empecilho para respostas e manobras mais rápidas à adequação dos investimentos. Márcio Dutra objetou dizendo que, na verdade, o maior problema são as restrições da resolução, informando que a maioria dos RPPS's não bateram meta atuarial em 2015. Que o RPPS de BH foi um dos poucos a estabelecer como meta atuarial IPCA + 4,5%, levando em consideração o cálculo atuarial e o mercado, sendo que os demais RPPS's estabelecem IPCA + 6%. Alexandre Dias complementou, informando que nem mesmo o fundo considerado o melhor em 2015 para investimentos de RPPS conseguiu bater IPCA + 4,5%. Seguiu mostrando aos conselheiros os rendimentos das aplicações do BHPrev, e Gilmar Xavier perguntou sobre as regras de aplicação dos recursos dos Fundos Financeiro e Previdenciário, e se poderíamos somar os investimentos de ambos para composição das carteiras dentro dos percentuais determinados na resolução do CMN e pelo MPS. Márcio Dutra esclareceu que todos os recursos ingressados em ambos os fundos não se misturam e devem ser aplicados de acordo com a base normativa. Alexandre Dias encerrou a apresentação sobre os investimentos do RPPS e devolveu a palavra a Cristina Melgaço, que passou ao próximo item da pauta, referente à apresentação do Relatório Anual de Trabalho. Nourival Resende sugeriu que trabalhem em um relatório por e-mail e que seja apresentado, se for o caso, em uma reunião extraordinária em março. Sobre o Relatório das Contas Anuais, Cristina Melgaço informou acerca da exigência do TCE para que haja um parecer do conselho, que deverá ser anexado ao relatório de controle interno e demonstrações contábeis a ser enviados até o dia 31/03/2016. Para isso, sugeriu que o RPPS envie aos conselheiros, por e-mail, os documentos para análise e emissão de parecer até o dia 11/03, e uma reunião extraordinária no dia 22/03 para assinatura do parecer de aprovação das contas do RPPS de 2015 e do relatório anual de trabalho. Cristina Melgaço seguiu informando aos conselheiros quais deles serão substituídos em 2016 nos termos do § 2º do art. 92º da Lei nº 10.362/11. Cristina Ayer, que não foi mencionada, informou que deveria ser substituída este ano. Márcio Dutra esclareceu que essa substituição é obrigatória para os que estiveram como conselheiros por quatro anos, independentemente se como suplentes ou titulares, já que os suplentes também são eleitos, e sugeriu que, havendo discordância de alguma parte, se faça um questionamento formal à unidade gestora para que haja uma avaliação jurídica caso a caso. Gilmar Xavier informou discordar do tratamento para os casos

em que o conselheiro cumpriu mandato como suplente. Márcio Dutra passou informes do encerramento do Censo Previdenciário, com 99% de comparecimento dos aposentados e 97% no geral, o que foi muito satisfatório. Os casos de quem não compareceu estão sendo tratados e que, destes, aproximadamente 700 referem-se a servidores ativos que serão intimados pela Corregedoria Geral do Município-CGM. Mauro Heleno chamou atenção para o percentual de não comparecimento dos ativos, que se aproximou mais dos pensionistas do que dos aposentados, indagando se isso não reflete algum problema que não está aparente. Márcio Dutra afirmou que houve dificuldades durante o processo, primeiro, em função da estrutura para receber os ativos no Edifício Del-Rey e, depois, após a transferência do Censo para o BH-Resolve, como a da coleta da digital dos professores municipais que, em parte, boicotaram o processo. Complementou dizendo que, apesar de todos os problemas enfrentados, os resultados auferidos, ainda assim, foram muito positivos. Nourival Resende perguntou se houve bloqueio de pagamento também para os ativos que não compareceram, e Márcio Dutra esclareceu que não, por orientação da CGM. Cristina Ayer afirmou que os esclarecimentos para o não comparecimento dos ativos não abarca a totalidade dos casos, que devem refletir, também, a existência de funcionários fantasmas. Márcio Dutra afirmou que esses casos, se existirem, serão apurados pela Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos-SMARH e tratados pela CGM. Gilmar Xavier perguntou sobre como foi feito o Censo e o Recadastramento dos servidores municipais cedidos a outros órgãos, e Márcio Dutra esclareceu que, quando do retorno da cessão, eles terão até cinco dias para comparecer à unidade da SMARH para fazer o recadastramento e que, excepcionalmente para esses casos, não haverá o recenseamento. Gilmar Xavier colocou em votação a data da reunião extraordinária de março, por estar impossibilitado de comparecer no dia 22/03. Alexandre Dias sugeriu que o presidente Gilmar Xavier seja substituído na ocasião, e Nourival Resende propôs que, em não havendo regra, outro presidente seja eleito durante a reunião. Gilmar Xavier perguntou aos demais conselheiros se não haveria a possibilidade de realizar a reunião dia 28/03 no período vespertino. Cristina Melgaço informou que ficaria muito em cima do prazo de envio ao SICOM dos arquivos das contas do RPPS referente o exercício 2015. Cristina Ayer recomendou, então, que o prazo do envio dos documentos aos conselheiros fosse antecipado, e Cristina Melgaço afirmou que o prazo para elaboração de todos os demonstrativos e do relatório é muito curto, não podendo comprometer-se a entregar antes do dia 11/03. Os conselheiros deliberaram sobre o grupo para a elaboração do parecer de análise das Contas do RPPS referentes a 2015, elegendo para a tarefa Cristina Ayer, Omar Domingos e Nourival Resende. E ficou determinado que o Relatório Anual de Trabalho do Conselho seria entregue pelos conselheiros na reunião extraordinária, mantida para o dia 22/03, no período matutino. Gilmar Xavier manifestou-se a favor da antecipação da reunião ordinária de abril para o dia 12, afirmando que isso já havia sido definido na 23ª reunião. Mauro Heleno sugeriu que constasse em ata a alteração da reunião de abril. Camila Coutinho esclareceu que o que consta em ata é a aprovação do plano de trabalho como foi apresentado, para rediscussão no começo de 2016 pelos conselheiros. Nada mais a ser tratado, eu, \_\_\_\_\_ (Camila Mariana Coutinho/BM: 81.476-1), lavro a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos conselheiros presentes na ocasião. Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2016.

---

Gilmar Xavier Lima

---

Cristina Ayer Taveira

---

Isabel Cristina da Cruz

---

Mauro Heleno Ladeira Oliveira

---

Nourival de Souza Resende Filho

---

Omar Pinto Domingos